

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

RAQUEL MARODIN

**O APOIO DO PODER PÚBLICO PARA O TURISMO RURAL:
ROTA DAS SALAMARIAS - MUNICÍPIO DE MARAU / RS**

**CAMARGO – RS
2011**

RAQUEL MARODIN

**O APOIO DO PODER PÚBLICO PARA O TURISMO RURAL:
ROTA DAS SALAMARIAS - MUNICÍPIO DE MARAU / RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural-PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

Co-orientadora: Tutora Andressa R. Teixeira

**CAMARGO – RS
2011**

RAQUEL MARODIN

**O APOIO DO PODER PÚBLICO PARA O TURISMO RURAL:
ROTA DAS SALAMARIAS - MUNICÍPIO DE MARAU / RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Camargo, _____ de _____ de 2011.

Prof. Dr. Marcelino de Souza - Orientador
UFRGS

Prof. Raquel Lunardi
IFF

Tutora Andressa Ramos Teixeira – Co-orientadora
PLAGEDER/UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me iluminou durante toda esta caminhada. Também, agradeço a minha família, ao meu esposo Mateus que sempre esteve ao meu lado me apoiando. Aos professores do PLAGEDER, em especial ao professor Marcelino e à tutora Andressa. E ainda aos integrantes da Rota das Salamarias que prontamente realizaram a entrevista.

RESUMO

A atividade turística vem ganhando notoriedade no espaço rural, pois a diversificação das atividades no campo pode proporcionar benefícios econômicos e sociais. A ação do poder público junto ao turismo rural é de grande valia para que a atividade floresça de forma benéfica e equilibrada nas comunidades rurais em que é implantada. Nesse contexto, lançou-se como objetivo de pesquisa estudar o apoio do poder público municipal no desenvolvimento da atividade de turismo rural. Como foco de análise empírica escolheu-se a Rota das Salamarias, localizada no município de Marau, Rio Grande do Sul. O trabalho foi embasado na abordagem qualitativa-descritiva, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e de campo, tendo sido utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semi-estruturado. Os resultados evidenciam que a Rota das Salamarias foi idealizada pela prefeitura municipal, a qual desenvolveu projetos de implantação, de divulgação e de orientação profissional junto aos empreendedores rurais. Aliado a isso foi constatado que os integrantes precisaram adequar as instalações de suas propriedades para receber os visitantes. Verificou-se que no município há uma secretaria de turismo incentivando e promovendo a permanência das famílias no meio rural, gerando crescimento econômico e cultural para a região.

Palavras-chave: turismo rural, políticas públicas, Rota das Salamarias, Marau-RS.

ABSTRACT

The tourism industry has gained notoriety in rural areas, because the diversification of activities in the field can provide economic and social benefits. The action of the government with the rural tourism is of great value for the activity to flourish in a beneficial and balanced rural communities where it is deployed. In this context, he launched into research aimed at studying the support of municipal government in the development of rural tourism activity. As a focus of empirical analysis we chose the Rota das Salamarias, in the municipality of Marau, Rio Grande do Sul. The work was based on descriptive, qualitative approach, using the literature and field, having been used as an instrument of data collection script a semi-structured interviews. The results show that the Rota das Salamarias was designed by the municipal government, which developed deployment projects, dissemination and professional guidance to entrepreneurs from rural. Allied to it was found that the members had to adjust the properties of their facilities to receive visitors. It was found that there is no specific public politics for tourism development of Marau, but there are specific incentives to develop such activity. It was found that the city is a tourist office in encouraging and promoting the permanence of families in rural areas, generating economic and cultural growth for the region.

Keywords: rural tourism, public politics, Rota das Salamarias, Marau-RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Visualização do mapa do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na localização do município de Marau.....	14
Figura 2 Mapa de localização das propriedades integrantes do roteiro.....	18
Figura 3 Mapa de localização de algumas das propriedades integrantes do roteiro.....	20
Figura 4 Vista frontal das futuras instalações da Associação Rota das Salamarias.....	31
Figura 5 Vista frontal das futuras instalações da Cachaçaria Pol.....	33
Figura 6 Vista frontal (noturna) do Ristorante.....	35
Figura 7 Vista frontal da propriedade, enfatizando o principal produto comercializado, a erva-mate.....	36
Figura 8 Vista dos parreirais.....	37
Figura 9 Produção (armazenamento) artesanal do vinho.....	37
Figura 10 Vista da cascata.....	38

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 OBJETIVOS.....	10
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	12
3 LOCAL DE ESTUDO	14
3.1 MARCOS HISTÓRICOS.....	15
3.2 ELEMENTOS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	15
3.3 TURISMO RURAL EM MARAU – A ROTA DAS SALAMARIAS.....	16
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
4.1 SURGIMENTO E CONCEITUAÇÃO DA ATIVIDADE.....	21
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS DO TURISMO RURAL	22
4.3 TURISMO E PODER PÚBLICO	24
4.4 REGULAMENTAÇÃO DO TURISMO RURAL.....	26
5 RESULTADOS DE PESQUISA	29
5.1 POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO TURISMO.....	29
5.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS OBSERVADOS NAS ENTREVISTAS COM OS EMPREENDEDORES INTEGRANTES DA ROTA DAS SALAMARIAS.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	44

1 INTRODUÇÃO

O espaço rural passou por vários avanços tecnológicos e conseqüentemente as atividades desenvolvidas precisaram ser aprimoradas. Com as mudanças nas unidades produtivas agropecuárias, foi necessário dividir novamente o trabalho dos integrantes da família, devido à diversificação das tarefas. Segundo Silva e Grossi (2010) as famílias que passaram a trabalhar com atividades não-agrícolas vieram a ser conhecidas como pluriativas, pois já exerciam uma atividade econômica.

Uma das atividades que passou a fazer parte das famílias rurais foi o turismo rural, implementado no Brasil em 1986, no estado de Santa Catarina. Segundo o Ministério do Turismo (2010, p.14) “A partir do final de 1990, os aspectos positivos do Turismo Rural foram amplamente difundidos no País, fazendo com que um expressivo número de empreendedores de todas as regiões investissem nesse segmento, muitas vezes de forma pouco profissional”.

O turismo rural é de suma importância para os produtores rurais, os quais podem diversificar suas atividades, aprimorar seus estabelecimentos e agregar valor aos produtos fabricados na própria propriedade. A partir do momento que o produtor torna o turismo rural uma de suas práticas socioeconômicas algumas dificuldades podem ser encontradas, dentre as quais está a falta, em muitos locais, de apoio do poder público para realização de ações em torno de infra-estrutura, legislação, financiamento, etc.

Ao iniciar um projeto turístico é necessário conhecer qual é a legislação municipal que ele vai estar subjogado. Muitas regras e regulamentos podem fazer parte da legalização do novo empreendimento. Souza e Klein (2010) destacam alguns pontos importantes relacionados às legalizações, os quais englobam diversas taxas, impostos, tributações de renda e sanitárias, além da proteção ambiental.

Contudo, alguns desafios são impostos quando os produtores rurais se engajam na atividade turística, visto que exige-se capacitação profissional diferenciada, sendo necessário se adequar à algumas legislações, como por exemplo, inspeção sanitária, licença para fabricação e comercialização dos produtos agrícolas. Além disso, é necessário investir na infraestrutura da propriedade, o que demanda recursos financeiros.

Este trabalho de monografia justifica-se inicialmente porque o tema Turismo Rural desperta interesse, já que foram realizados diversos trabalhos ligados ao tema durante a

realização do curso. Além disso, existe um projeto turístico na cidade de Marau, a Rota das Salamarias, o qual se pretende dar maior ênfase.

Na região norte do Rio Grande do Sul, mais precisamente no Planalto Médio, na cidade de Marau, há aproximadamente três anos, criou-se um roteiro de turismo rural denominado Rota das Salamarias, o qual congrega doze famílias que se uniram para explorar o potencial turístico do meio onde vivem. Desde então o poder público vem intervindo na organização e conseqüentemente na consolidação da Rota. No decorrer deste trabalho pretende-se apresentar como o poder público está incentivando e adaptando as normas para o funcionamento dos estabelecimentos que fazem parte da Rota das Salamarias.

Diante disso, pretende-se consolidar a atividade de turismo rural nas propriedades para geração de renda, valorização do meio rural, analisando quais são as questões impeditivas para que o turismo rural permaneça como uma atividade firmada.

Dessa forma, destaca-se a importância desse trabalho, para que se obtenha sucesso na atividade de turismo rural é preciso elaborar um projeto de implantação do roteiro, bem como regulamentar os estabelecimentos, promover cursos de gestão para os integrantes.

Neste contexto emerge a seguinte questão: **Quais ações o poder público local vem desempenhando em torno do turismo rural local?**

1.1 OBJETIVOS

- **Geral**

Estudar o apoio do poder público, em nível municipal, no desenvolvimento da atividade de turismo rural.

- **Específicos**
 - Apresentar a relação existente entre o turismo rural e políticas públicas.
 - Verificar a existência de uma política municipal de turismo contemplando o turismo rural.
 - Identificar a existência/criação de legislações específicas para o turismo rural.
 - Verificar a existência de subsídios ou linhas de financiamento, bem como, apoio na forma de infraestrutura e de capacitação para o desenvolvimento do turismo rural.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desse trabalho adotou-se a abordagem qualitativa, pois os dados não foram representados numericamente, mas sim aprofundando a compreensão do assunto por determinado grupo social. Para os autores Silveira e Córdova (2009) a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto aos objetivos utilizou-se metodologicamente das pesquisas exploratória e descritiva. Segundo Silveira e Córdova (2009) a pesquisa exploratória “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses [...]”. Portanto, na fase exploratória de pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico e conversas informais com atores do poder público que trabalham com turismo rural no município de Marau.

Já para a pesquisa descritiva foi necessário obter muitas informações sobre o assunto pesquisado junto aos agricultores, pois conforme Almeida (1989) a investigação é feita sobre as condições, práticas, crenças, opiniões, atitudes e tendências vivenciadas pelos agricultores. Além disso, ela deve relacionar o que é, ou o que existe com o evento anterior que tem influência sobre a situação atual. O resultado é a descrição e a classificação dos fenômenos observados através dos métodos da investigação científica. Segundo Silveira e Córdova (2009) a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, descrevendo os fatos e dos fenômenos de determinada realidade. Para que isso ocorresse foi necessário relacionar o que existe com fatos anteriores para entender a situação atual. Assim, o que se obtém é a classificação dos fenômenos observados durante a pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a de campo. Foi realizada uma pesquisa de campo, a qual caracterizou-se pela coleta de dados junto aos agricultores participantes da Rota das Salamarias.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Segundo Gerhardt *et all* (2009, p.72) “[...] o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que será estudado [...]”, mas admite que o produtor rural pode falar livremente sobre os assuntos que podem ir surgindo com os desdobramentos do tema principal.

A técnica de amostragem utilizada para selecionar o número de entrevistados e quem seriam foi a amostragem intencional não-probabilística. Segundo Almeida (1989, p.87) “[...] ela consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas [...]”. Segundo o autor esse tipo de amostragem é restrito a alguns elementos que se tem acesso, além de não poder haver uma seleção por sorteio, sendo que ela é realizada intencionalmente com alguns voluntários. Especificamente nessa pesquisa, a coleta de dados foi realizada com agricultores participantes da Rota das Salamarias.

Este roteiro turístico foi escolhido devida a facilidade de acesso aos empreendedores rurais, por estar localizada no município de Marau e também pelo motivo de já conhecer a Rota.

Desse modo, foram escolhidas cinco propriedades integrantes para realizar as entrevistas, as quais prontamente forneceram as informações. Elas foram realizadas no período entre os dias 01 e 05 do mês de junho. A entrevista com o responsável do poder público foi realizada no dia 13 de junho.

Posteriormente fez-se a organização e descrição dos dados coletados em campo, para, por fim, partirmos para análise dos mesmos e redação do texto final.

3 LOCAL DE ESTUDO

Marau localiza-se geograficamente na região do Planalto Médio do Estado do Rio Grande do Sul, está situado 557 m acima do nível do mar, a uma distância 269 km da capital do estado, Porto Alegre, conforme localização vista na figura 1.



Figura1: visualização do mapa do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na localização do município de Marau.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Marau.svg.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Marau registrou no ano de 1991 a população de 25.167 pessoas, no ano de 2007 a população passou a ser de 33.778 habitantes. Isso mostra um crescimento de 34%. Em 2010, a população total alcançada pelo Censo, foi de 36.364 pessoas, sendo 31.558 da área urbana e 4.806 da zona rural.

Num município onde o cultivo mecanizado da soja e o acelerado crescimento das empresas de industrialização da carne predominam, o turismo rural vem sendo uma alternativa de incremento econômico para aqueles habitantes que optaram por permanecer no campo.

3.1 MARCOS HISTÓRICOS

Segundo Bernardi (1992) o município de Marau deve seu nome a um índio que lutou bravamente contra invasores. É uma cidade antiga, que mantém tradições herdadas dos imigrantes italianos há mais de cem anos, os primeiros imigrantes chegaram à região em 1904. Esses imigrantes encontraram mata atlântica fechada e muita dificuldade de iniciar a plantação, mas aos poucos foram abrindo clareiras para conseguir plantar para o sustento. Com o passar dos anos os agricultores não plantavam apenas para subsistência, mas sim para adquirir renda, por isso foi necessária a modernização.

A tecnologia aplicada ao desenvolvimento agrícola facilitou o manejo da terra, porém devido ao alto custo desse maquinário, algumas famílias migraram para o meio urbano em busca de outras formas de trabalho, o que causou a diminuição da população no meio rural.

Diante deste quadro, percebe-se a necessidade de diversificar as atividades e aumentar a renda dos agricultores que permaneceram no campo. Uma das alternativas pode ser o turismo rural, conforme Gortaire, Gabezas e Borelli (2009) a partir da união de vários produtores rurais e empreendedores em turismo discutiu-se a implantação e organização de um roteiro turístico envolvendo algumas comunidades com potencial turístico, assim, em junho de 2008 surge a Rota das Salamarias.

3.2 ELEMENTOS DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Conforme Gortaire, Gabezas e Borelli (2009), até a década de 60, a agricultura de Marau era de subsistência, com a criação de suínos promovida pelo Frigorífico Borella e Cia Ltda a economia modificou, tornando a cidade e a marca conhecida nacionalmente. Na década

de 70, o perfil da produção muda radicalmente, pois agências bancárias instalaram-se na região, juntamente com o cooperativismo e a mecanização da lavoura. Na década de 80 ocorreu uma grande crise, o que promoveu um grande êxodo rural e uma mudança na atividade.

Atualmente, a agricultura volta-se para a diversificação de produtos, destacando a pecuária e a avicultura, as quais atendem a demanda das indústrias de alimentos da região.

Gortaire, Gabezas e Borelli (2009) enfatizam que a economia marauense é baseada na agricultura, na pecuária, no comércio e na indústria. Destaca-se o cultivo de soja, milho, trigo, cevada, além do fumo e da erva-mate. A pecuária é composta pelas atividades de suinocultura e avicultura, sendo que a produção é destinada totalmente para as empresas que industrializam a carne.

Segundo pesquisas dos autores, é possível destacar que além da agricultura e da pecuária, o município possui indústrias de grande porte, como: Brasil Foods, Metasa, Fuga Couros e GSI.

Dentro do segmento turístico, o turismo rural foi implantado no município em 2008 e está em amplo crescimento, mas ainda não pode ser considerada como atividade principal dos agricultores. Além de trabalharem na agricultura e pecuária as famílias instalaram pequenas agroindústrias nas propriedades para atrair os turistas. Dessa forma, além das famílias estarem diversificando suas atividades no campo, elas estão valorizando seus produtos e divulgando os costumes italianos.

3.3 TURISMO RURAL EM MARAU – A ROTA DAS SALAMARIAS

O projeto Rota das Salamarias recebeu este nome devido à tradição na produção do salame em Marau. Segundo o dicionário Web, a palavra Salamaria (salame+aria) significa estabelecimento onde se faz ou vende salames.

Gortaire, Gabezas e Borelli (2009) afirmam que surgimento da rota partiu de alguns produtores rurais que pretendiam valorizar as belezas naturais e aumentar a renda através de uma atividade extra, de forma a valorizar os traços culturais da região encontrou-se o turismo como uma opção. Sendo assim, os produtores procuraram o poder público para Recber amparo em questões pontuais. Após várias reuniões o convite foi estendido a todas as propriedades localizadas no trecho pré-estabelecido.

Para que o projeto seja de sucesso é necessária a participação e o envolvimento de diversos atores sociais. Dessa forma Gortaire, Gabezas e Borelli (2009 p. 11) estabeleceram alguns objetivos para o poder público, compreendido pela Prefeitura Municipal de Marau: “Manter as estradas em condições de receber os visitantes. Colaborar na formação e treinamento de pessoal, guias e centro de informações turísticas. Disponibilidade de consultores especializados para orientar os empreendedores. Infraestrutura de apoio.”

Além disso, a comunidade local também acaba envolvendo-se no projeto, as quais devem “organizar e participar de atividades que vão dinamizar o roteiro, receber os visitantes e organizar eventos”, conforme Gortaire, Gabezas e Borelli, (2009 p. 11).

Os empreendedores são soa responsáveis diretos pelo atendimento ao turista. E ainda a Associação Rota das Salamarias que é a responsável pela gestão do Projeto.

O roteiro inclui um restaurante que oferece a mais rica gastronomia da comida italiana, além disso, há cinco vinícolas, uma ervateira, uma cachaçaria, uma casa de artesanato, uma loja de produtos coloniais e dois centros de esporte e lazer, todos são organizados coma utilização de mão de obra familiar. Uma das principais estratégias de comercialização está ligada ao fato de que é possível degustar os produtos coloniais em cada ponto da Rota.

De forma a comprovar o prestígio e o respaldo que o projeto da Rota das Salamarias adquiriu, foi publicada na revista Globo Rural no ano de 2010, uma reportagem destacando a importância do projeto para as famílias participantes. Hasse (2010) apresenta informações turísticas sobre a Rota, como ela surgiu, quais são os atrativos oferecidos, além da divulgação das duas festas anuais que ocorrem na cidade, o Festival Nacional do Salame e a Festa Italiana. Dessa forma, pode-se afirmar que a cidade já está inserida no cenário nacional de turismo rural.

A Rota das Salamarias, objeto de estudo deste trabalho, localiza-se no interior do município de Marau. A figura 2 apresenta o mapa de localização das propriedades integrantes do roteiro.



Figura 2: mapa de localização das propriedades integrantes da Rota das Salamarias.

Fonte: <http://www.salamarias.com.br/mapa.php>

Os pontos de visitação da Rota das Salamarias são:

*Salamaria e Restaurante Câmera: restaurante em estilo colonial, onde os integrantes da família produz derivados de suíno, salame, pernil e outros.

*Brocco Esporte e Lazer: no local há campos de futebol, quadras de vôlei, bar lanchonete e quiosque.

*Cantina Bordignon: produção de vinho artesanal, apenas com os integrantes da família.

*Cantina da Terra: venda de produtos coloniais.

*Artesanato 100 Compromisso: produção de artesanato em madeira.

*Cantina Antônio Maculan: produção artesanal de vinho.

*Cantina Maculan: produção artesanal de vinho.

*Pol Cachaçaria: alambique artesanal.

*Cantina Manfroi: produção artesanal de vinho.

*Erva Mate Pagnussat: produção de erva mate artesanal.

*Ecoparque Taquari: parque turístico de lazer.

*Casa do Mel: produção de mel de alta qualidade, através da criação de abelas sem ferrão.

Na figura 3 pode-se visualizar a proximidade das comunidades integrantes do roteiro Rota das Salamarias, e a localização estratégica perto da RS 324, o que facilita o acesso às propriedades.

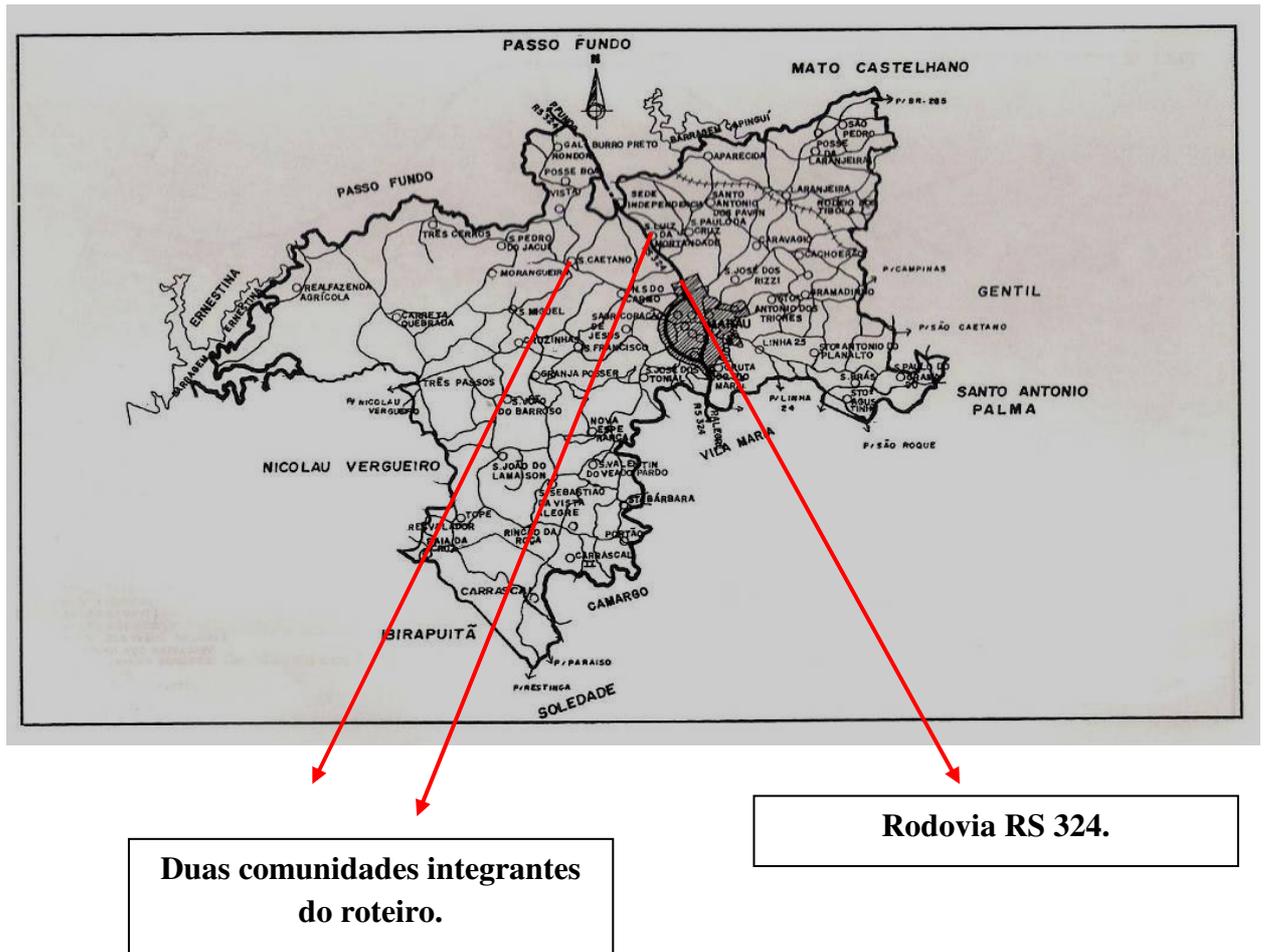


Figura 3: mapa de localização de algumas das propriedades integrantes do roteiro Rota das Salamarias.
Fonte: adaptado pela autora de Bernardi (1992, p.39).

As pequenas propriedades rurais de agricultura familiar encontraram uma forma de agregar valor aos seus produtos, diversificando as atividades da propriedade. Assim, descobriram a melhor maneira de comercializar os produtos, fazendo da sua cultura e das atividades do seu cotidiano um atrativo turístico. Juntamente com o incentivo do poder público, o projeto foi desenvolvido e planejado para divulgar a cidade, as propriedades e principalmente os produtos comercializados na Rota das Salamarias.

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo são apresentados alguns aspectos importantes sobre o conceito de turismo rural, como se deu o surgimento e a evolução dessa prática para os produtores rurais. Além disso, são descritas as políticas públicas que regulamentam o segmento turístico rural no Brasil.

4.1 SURGIMENTO E CONCEITUAÇÃO DA ATIVIDADE

Segundo Zimmermann (1996) a atividade de turismo rural despontou no século XX, inicialmente nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil o turismo rural surgiu em Lages, SC, em 1986 e teve origem na necessidade de se criar um produto turístico como alternativa econômica para o município, visando proporcionar uma nova fonte de renda aos produtores rurais. Após a identificação do potencial da região e das preferências dos turistas, chegou-se a conclusão de que o turismo rural deveria contemplar a tranquilidade do campo, os passeios ao ar livre e o resgate da cultura da colônia.

Dentro deste contexto, muitas das pessoas que moram nas zonas urbanas e que viajam para resgatar as tradições, buscam a tranquilidade do meio rural para deixar de lado a rotina da vida urbana. A convivência com diferentes modos de vida, costumes e a busca por novos conhecimentos aliados à necessidade dos produtores rurais em diversificar suas fontes de renda, fizeram com que o turismo rural crescesse no Brasil nos últimos anos.

Segundo o Ministério do Turismo (2010) as regiões estão buscando o desenvolvimento do turismo interessadas em

Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios; geração de novas oportunidades de trabalho e renda; incorporação da mulher ao trabalho remunerado; agregação de valor ao produto primário; diminuição do êxodo rural; melhoria da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento no meio rural; melhoria dos equipamentos, dos bens imóveis e das condições de vida das famílias rurais; interiorização do turismo; conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural; promoção de intercâmbio cultural e enriquecimento cultural; integração das propriedades rurais e comunidade local; valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho; resgate da auto-estima do camponês. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.15)

O Ministério do Turismo (2003, p.11) declara que o turismo rural “[...]é um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.”

Complementando o conceito de turismo apresentado pelo Ministério do Turismo, tem-se o ponto de vista de Vieira (2006) onde o turismo rural é:

[...] aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista sócio-econômico, representa um complemento às atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida. Ou seja, em suma: Turismo Rural é atividade realizada no meio rural apropriada por atores de cultura local rural e estimulada por fluxo de pessoas que desejam a contemplação dos significados da sociedade local e seu entorno natural, com retorno para a economia regional. (CARTA DE JOINVILE, *apud* VIEIRA, 2006, p. 21)

Conforme descrito nos parágrafos acima, fica evidenciado que a atividade turística passa a ser uma nova e significativa fonte de renda, promovendo uma mudança cultural e comportamental nas pessoas que vivenciam o encontro com a natureza e com as tradições regionais, criando novos conceitos e valores de respeito ao meio ambiente.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS DO TURISMO RURAL

O turismo rural valorizou-se e expandiu-se a partir da década de 1990. Dessa forma, o estado precisou desenvolver políticas públicas específicas com a intenção de fortalecer as atividades do turismo no meio rural, proporcionando o desenvolvimento local e regional.

Conforme Souza e Klein (2010) o marco inicial das políticas públicas de turismo rural no Brasil aconteceu no ano de 1966, com a criação do Conselho Nacional do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo. Em 1980 a atividade não teve avanços devidos à crise econômica que o Brasil estava passando. Com a criação da Constituição Federal em 1988, o turismo rural é brevemente citado no artigo 180 “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e

econômico”, Constituição da República Federativa do Brasil (*apud* SOUZA; KLEIN, 2010 p. 8).

Mas na década de 1990 diversas transformações aconteceram na esfera política, social e econômica. Assim, quatro anos depois um dos principais programas foi implementado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, visando uma gestão mais participativa, com a intenção de estimular a atividade turística. Em 1996 criou-se o Plano Nacional de Turismo, que teve em sua proposta a promoção da atividade turística, a implementação da infraestrutura básica, a qualificação dos profissionais e a descentralização da gestão turística.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, mostrou o envolvimento com o turismo rural, tendo como “[...] objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, estimulando e fortalecendo a agricultura familiar [...]” (SOUZA; KLEIN, 2010, p.8). Em 1999 uma linha de crédito específica para o turismo rural foi criada e neste momento o turismo ganhou espaço no PRONAF.

Em 1998 realizou-se na cidade de Santa Maria RS o I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Nele foram estabelecidos alguns balizamentos para o turismo rural que constam na Carta de Santa Maria

1. Que as instituições governamentais estabeleçam em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo no espaço rural;
2. A criação de associações locais e regionais integradas a uma instituição de representatividade de âmbito nacional;
3. A revisão da legislação existente que interfere direta ou indiretamente no segmento e a sua conseqüente normatização;
4. O estímulo à capacitação de profissionais por meio de entidades públicas e privadas;
5. O estímulo à pesquisa de turismo no espaço rural de maneira que os registros sigam uma terminologia unificada e venha facilitar a interpretação e análise dos dados. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA *apud* SOUZA; KLEIN, 2010, p.9)

Souza e Klein (2010) afirmam que esse documento representou o marco para o turismo rural no Brasil, pois teve respaldo do poder público e privado. No ano de 2003, foi criado o Ministério do Turismo que juntamente com o Plano Nacional do Turismo promoveram o turismo em nível nacional, estadual e local, valorizando as diversidades culturais, regionais e naturais. Neste mesmo ano foi apresentado outro importante documento do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a intenção de fortalecer a agricultura familiar, incentivando o turismo nas áreas rurais e, a partir disso, promover o desenvolvimento

sustentável. Segundo Souza e Klein (2010) o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário destacou:

I. A prática do Associativismo; **II.** A valorização e resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações; **III.** A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais; **IV.** A gestão social da atividade, priorizando a interação dos agricultores familiares e suas organizações; **V.** O estabelecimento das parcerias institucionais; **VI.** A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar; **VII.** O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos; **VIII.** A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais. **IX.** A descentralização do planejamento e gestão deste Programa. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO *apud* SOUZA; KLEIN, 2010, p.11)

Assim, estabeleceu-se um conjunto de estratégias para melhorar a atividade, em 2003, o projeto de Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, elaborado pelo Ministério do Turismo, estabelecia diretrizes estratégicas para promover ações, destacando sete diretrizes: “1) ordenamento; 2) informação e comunicação; 3) articulação; 4) incentivo; 5) capacitação; 6) envolvimento das comunidades; 7) infraestrutura”. Ministério do Desenvolvimento Agrário (*apud* SOUZA; KLEIN, 2010, p.11).

4.3 TURISMO E PODER PÚBLICO

As políticas públicas caracterizam-se pela soma das atividades exercidas pelos governos, com o objetivo de elaborar planos de ação que podem nortear ou influenciar as decisões tomadas pela sociedade perante a solução de problemas econômicos e sociais. Dessa forma, “as políticas são desenvolvidas como ferramentas para administradores a fim de alcançar claramente objetivos políticos, gerenciais, financeiros e administrativos identificados.” George, Mair e Reid (*apud* SOUZA; KLEIN, 2010, p.6)

O setor público é responsável pela gestão dos diferentes setores do turismo, mas para que as políticas públicas surtam resultados é imprescindível que elas sejam construídas juntamente com os atores sociais, os quais possuem conhecimento suficiente para saber o que

é necessário para cada propriedade ou atividade desenvolvida. Segundo Santos e Santos (2006) o processo de elaboração de políticas públicas específicas segue os mesmos pressupostos de elaboração de outras políticas, elas subdividem-se em três etapas distintas e sucessivas que são: formulação, implementação e avaliação, mas para ser mais completa deve ter o apoio de todos os envolvidos. De acordo com Santos e Santos

[...]é o setor público, ou seja, o Estado, que tem a prerrogativa de impor políticas orientadoras voltadas ao planejamento e gestão das diferentes atividades e setores econômicos, inclusive do turismo, nas diferentes instâncias de governo. Contudo, salienta-se que as políticas precisam ser definidas conjuntamente pelos diferentes atores sociais, pois além de cada um destes possuírem papéis específicos a serem desempenhados na sociedade, estes são indispensáveis à implementação das políticas e à sensibilização de todos, para que haja respeito em relação aos instrumentos constitucionais (Lei Orgânica do Município e Plano Diretor Municipal, por exemplo), aos diplomas legais (leis ordinárias, decretos, regulamentos, resoluções, portarias, deliberações, instruções, por exemplo) e dos instrumentos políticos (planos, programas, projetos entre outros) promulgados ou deliberados. (SANTOS; SANTOS, 2006, p.07)

Ao elaborar-se um projeto turístico de grande ou pequeno porte é necessário consultar os envolvidos, de modo que a política adotada seja coerente com o meio no qual vivem. Para Jardim (2009, p.02) as dificuldades aumentam porque somente parte da população é consultada, além disso, a “[...] visão economicista do turismo tem levado a preocupação das autoridades locais em atender aos anseios dos investidores, comumente externos à comunidade e preocupados em obter o maior lucro possível, assumindo um caráter imediatista e sem compromisso com os autóctones [...]”.

A atividade de turismo rural é uma alternativa para o poder público promover e desenvolver o meio social e econômico. Assim resguarda os valores históricos e culturais de um povo de determinada localidade. A política necessita ser elaborada juntamente com os atores sociais das comunidades. No entanto, isso nem sempre acontece, segundo o Manual para Políticas Públicas (2004)

A conjuntura brasileira na área pública em assuntos de desenvolvimento turístico demonstra, historicamente, uma ausência de visões de longo prazo que considere políticas de investimentos voltadas não somente para a grande infraestrutura e complexos turísticos, mas também para o bem estar das comunidades, aos interesses dos micro, pequenos e médios negócios e à manutenção dos recursos culturais e ambientais. (SALVATI, 2004, p.23)

O poder público precisa defender o grupo social como um todo, e não se restringir a interesses particulares. Por isso, são necessários estudos com as comunidades envolvidas, para saber o que realmente é necessário para o empreendimento turístico. Para Jardim (2009, p.7) “[...] a criação de políticas públicas se dá de modo específico para cada localidade estudada. O planejamento da atividade turística por parte do setor público deve ser dado em caráter permanente [...]”.

Segundo Salvati (2004, p.30) “Não se trata, entretanto, que o poder público local se encarregue de assumir sozinho esse desafio [...]”, é importante que as entidades federais e estaduais também auxiliem no processo, pois

[..] devido à diversidade existente em cada região e as peculiaridades de cada estado, no que concerne à organização territorial e institucional, acabam condicionando as ações governamentais e as articulações e parcerias com a sociedade fazendo com que o turismo não se desenvolva de forma homogênea em todo o território nacional. Desse modo, as políticas nacionais em torno do turismo rural devem, à priori, estar incorporadas a políticas regionais e estaduais, para que essas divergências sejam superadas no processo de desenvolvimento da atividade. (SANTOS; PIRES *apud* SOUZA; KLEIN, 2010, p.13)

Nas cidades onde há potencial para o turismo, pode-se criar secretarias específicas para esse fim, ou seja, secretaria de turismo, meio ambiente e cultura. Isso demonstra que uma política bem organizada e planejada, pode servir de base para os agricultores que desejam inserir suas propriedades num projeto turístico. No entanto, não basta apenas criar secretarias, é preciso capacitar todos os envolvidos suprimindo as necessidades de gestão do segmento, como por exemplo, a administração de fundos municipais.

Segundo Salvati (2004) os fundos são mecanismos financeiros criados para receber recursos orçamentários com destinação própria. Importante salientar que muitas vezes os recursos são liberados, o problema está na aplicação correta, por isso uma secretaria destinada para esse fim teria a função de elaborar projetos e administrar os valores.

4.4 REGULAMENTAÇÃO DO TURISMO RURAL

Para a atividade de turismo rural não há regulamentação específica, mas para que o empreendimento possa funcionar é necessário o cumprimento de muitas regras e

regulamentos, pagamento de impostos, questões trabalhistas, taxas, obtenção de licenças e registros. As licenças e permissões para o empreendedorismo na área rural devem ser obtidas através de agências governamentais. Além disso, as tributações e impostos podem variar conforme o local onde se pretende instalar a empresa.

Muitas vezes o turismo rural tem o envolvimento de todos os membros da família nas atividades desenvolvidas na propriedade. Mas quando é necessário empregar funcionários, as regras de contratação devem ser seguidas de acordo com as leis trabalhistas.

Conforme Souza e Klein (2010) todas as regulamentações podem ser divididas em três grupos:

Regulamentações gerais, as quais têm provavelmente um impacto em muitas empresas de turismo rural (por exemplo: regulamentação do uso da terra, tributações e licenças para negócios, arrecadação de tributos de vendas e remessas, etc.).
Regulamentações empregatícias, as quais têm um impacto em empresas empregando pessoal (padrões de trabalho justos, normas e regras de trabalho infantil, segurança ocupacional e ou normas de saúde, imposto de renda, imposto de desemprego, etc.).
Permissões e licenças para tipos específicos de empresas, as quais têm um impacto em certos tipos de entidades ou tipos de atrações (permissão para serviços de alimentação e inspeções, permissões e inspeções para armazenar alimento no varejo, licença para degustação, regras para a atividade de pesca paga, etc.). (SOUZA; KLEIN, 2010, p.3)

É necessário atender todas as regulamentações para que o empreendimento seja legalizado, pois assim evitam-se infrações, multas, ou suspensão das atividades desenvolvidas na propriedade.

Também, o empreendimento deve seguir as regras de tributação geral, apresentadas segundo Souza e Klein

Os impostos/taxas relacionados ao início e ao registro de uma atividade de negócios; os impostos para ajustar a tributação da renda obtida na renda do turismo e as tributações de mercadorias e de serviços, isto é, tributação do valor-adicionado ou tributação de artigos e serviços; as tributações sanitárias relacionadas para alugar quartos e fornecimento de alimentos; tributação para proteção contra incêndios; proteção ambiental, usualmente relacionada para iniciar campos de “parque de campismo” e camping, além de uma área construída. (SOUZA; KLEIN, 2010, p.3)

Dependendo das atrações a serem dispostas nas propriedades, as licenças e permissões para que elas aconteçam podem mudar. Muitas regulamentações são complexas, elas variam de acordo com a localização e com as particularidades, que devem ser analisadas

cuidadosamente pelos empreendedores de turismo rural durante a realização do projeto turístico. Conforme Souza e Klein (2010) algumas regulamentações são necessárias para certos tipos de atrações na propriedade.

Permissões e inspeções para serviços alimentares; permissões e inspeções para armazenar alimentos no varejo; licença para permitir produção, venda e transporte de vinho e licor; licença para pequenos zoológicos; licença para viveiros de plantas; regulamentações para a atividade de pesca remunerada. (SOUZA; KLEIN, 2010, p.5)

Os empreendedores de turismo rural devem atender as regulamentações, porque elas possibilitam o acesso às políticas públicas, as quais podem melhorar e promover o desenvolvimento da propriedade.

5 RESULTADOS DE PESQUISA

Os resultados dessa pesquisa pretendem observar se existe legislação vigente, se o governo municipal ampara a atividade de turismo rural e quais são os atrativos oferecidos aos turistas.

Com a intenção de diversificar as atividades no campo, o turismo rural tornou-se um importante recurso para mostrar novos caminhos aos produtores rurais. A prática em Marau vem se consolidando desde o ano de 2009, visando o resgate do valor histórico e cultural das comunidades locais, além de valorizar o trabalho desempenhado pelos agricultores no campo.

Durante a realização deste trabalho observou-se os fatores principais que levaram as pequenas propriedades a ingressarem no programa de turismo da Rota das Salamarias. Dentre eles notou-se a permanência da família no campo, a valorização da cultura, o histórico de cada propriedade em produzir especiarias da gastronomia italiana, e por fim a integração dos agricultores familiares com o mesmo objetivo, valorizar o meio rural.

Destaca-se a importância da Prefeitura Municipal em desenvolver esse projeto na região. Foi em parceria com o setor público que o roteiro turístico foi implantado. Segundo os proprietários entrevistados o estímulo para inserção no roteiro turístico partiu do poder público, pois inicialmente as famílias foram procuradas e apresentadas ao projeto, o qual valorizava a permanência no campo e promovia o crescimento da atividade econômica rural, além de desenvolver o turismo rural local através da divulgação da cultura italiana.

5.1 POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO TURISMO

Conforme constatado na entrevista com o secretário do Desenvolvimento Econômico de Marau, verificou-se que o município possui uma Secretaria que trata sobre os interesses de desenvolvimento econômico e turístico. A Secretaria faz uso do Decreto nº 4370 de 30/04/2007 Marau-RS. Nele o artigo 8º traz a seguinte descrição

Compete ao Departamento de Turismo:

I - A execução das tarefas relativas à implementação do plano de ações da Secretaria, voltadas ao desenvolvimento do turismo; II - A execução das providências visando à atração, localização, manutenção e desenvolvimento de iniciativas turísticas de sentido econômico para o Município; III - A orientação, o controle, o licenciamento e a fiscalização das atividades turísticas; IV - Controle e a fiscalização do uso dos próprios do Município, concedidos, permitidos ou autorizados a atividades turísticas; V - A orientação e a coordenação das atividades voltadas ao desenvolvimento da infra-estrutura turística; VI - A execução das tarefas voltadas ao fomento, apoio e incentivo à promoção de eventos culturais, educacionais, religiosos, esportivos, de lazer e de negócios, capazes de contribuir para a divulgação do Município e atração de turistas; VII - A atualização do banco de dados e informações técnicas do Município relativas a sua área do turismo; VIII - Outras competências correlatas, no âmbito de atuação da Secretaria. (DECRETO Nº 4370, Art. 8º de 30/04/2007)

Para dar apoio à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turístico, a Associação dos produtores rurais integrantes da Rota das Salamarias criou um Estatuto Social, com 37 artigos incluindo parágrafos únicos. O estatuto está registrado no foro da comarca de Marau, e serve como base para organizar a prática do turismo rural, tendo como principais objetivos no Art.2º:

a) Promover a atividade de organização, operacionalização e promoção turística na Rota das Salamarias, em Marau; b) Promover a cultura local através de suas manifestações lingüísticas, musicais, museológicas, arquitetônicas e literárias; c) Desenvolver iniciativas, eventos culturais, esportivos, reuniões, encontros, viagens, feiras, empreendimentos que estejam ligados às atividades da Associação; d) Promover o intercâmbio, a cooperação com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, através de convênios para a promoção de seus objetivos. (ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DA ROTA DAS SALAMARIAS, 2008, p.1)

Ao analisar as entrevistas notou-se que os agricultores participaram da elaboração da legislação do empreendimento turístico Rota das Salamarias, confirmando o que foi mencionado no capítulo quatro deste trabalho, sobre a necessidade de envolver e consultar as famílias participantes do roteiro na criação de políticas públicas.

A Associação ganhou maior respaldo quando recebeu o incentivo financeiro para a adequação da nova sede, em 17 de novembro de 2009, a Lei Municipal nº 4491 autorizou a doação do prédio onde funcionava a Escola Municipal Duque de Caxias, à Associação Rota das Salamarias. A permissão de uso foi pelo prazo de quatro anos, porém, a partir do mês de julho do ano de 2011, a Associação irá receber mais incentivo por parte do poder público, pois a infraestrutura da nova sede será inaugurada. Nela haverá recursos próprios para

administrar melhor a associação, incluindo secretária, computador com internet, telefone, produtos da Rota, entre outros. Assim os agendamentos das visitas e informações serão feitos nesse local, facilitando o acesso dos turistas que buscam usufruir do turismo do Município. Além disso, a localização da sede, a qual pode ser vista na figura 4, é próxima a cidade, o que a torna mais propícia a visitas.



Figura 4: vista frontal das futuras instalações da Associação Rota das Salamarias.
Fonte: arquivo próprio.

Esse tipo de investimento teve o apoio do poder público municipal, e foi idealizado pela Associação Rota das Salamarias. Conforme o Estatuto Social (2008, p.01) Art. 6º § 1º “As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a aprovação da Assembleia Geral.” Portanto, os investimentos que serão aplicados na Associação deverão ser decididos em assembleia com todos os integrantes.

A Associação juntamente com os demais setores públicos promovem diversas ações para melhorar os empreendimentos no meio rural, além da divulgação, do marketing e da assessoria empresarial, os integrantes podem usufruir dos programas: Empreender e Crescer, do Serviço Municipal de Fomento Agro-Industrial (SEMFA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O programa Empreender e Crescer é um dos grandes incentivos para os empreendedores que pretendem iniciar no turismo rural. Conforme o artigo 1º da Lei Municipal nº 4481, de 08 de outubro de 2009 “[...] tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Município de Marau, através de incentivos a empresas que vierem a ser implantadas no Município ou em processo de expansão, visando o aumento da geração de emprego e renda [...]”.

O artigo 8º da mesma Lei Municipal estabelece que:

O Programa poderá conceder os seguintes auxílios e incentivos: Auxílio com terraplenagem; Auxílio com brita para construção; Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU por até 10 (dez) anos; Auxílio para pagamento de aluguel de espaço físico destinado ao desenvolvimento da atividade empresarial, por tempo limitado; Auxílio de até 100% (cem por cento) na instalação da rede de energia elétrica; Auxílio de até 100% (cem por cento) na instalação da rede de água potável; Auxílio em parceria para pavimentação; Elaboração de Projeto Técnico Civil; Auxílio financeiro para construção e/ou ampliação de pavilhão; e Concessão de uso e/ou doação de imóveis destinados à instalação ou ampliação de empresas, mediante lei específica e aprovação de 2/3 dos vereadores. (LEI MUNICIPAL nº 4481, DE 08 DE OUTUBRO DE 2009.)

Os integrantes do roteiro turístico podem receber incentivos financeiros através do Programa Empreender e Crescer. Na entrevista realizada, foi citado como exemplo o caso da cachaçaria Pol, a qual fez uso do auxílio financeiro para construir um espaço destinado à recepção dos turistas, onde será possível degustar os produtos destilados e observar sua fabricação. Visualização da Cachaçaria Pol na figura 5.



Figura 5: vista frontal das futuras instalações da Cachaçaria Pol.
Fonte: arquivo próprio.

Outro programa municipal utilizado é o Serviço Municipal de Fomento Agro-Industrial, que tem a finalidade de prestar assistência técnica aos lavradores, criadores e proprietários de indústrias agro-pastoris do Município. O artigo 3º da Lei Nº 507 dispõe sobre as atribuições do SEMFA, as quais consistem em: “1) estabelecer contato direto com todos os que se dedicam à agricultura, pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativa de origem animal e vegetal; 2) manter um serviço de propaganda, no sentido de estimular a produção agrícola do Município”

Além das atribuições municipais, os agricultores podem beneficiar-se com o PRONAF, devido à ligação entre o turismo rural com a agricultura de pequenas propriedades. Apenas uma das propriedades fez uso do PRONAF a Cachaçaria Pol, que também usou o Programa Empreender e Crescer.

Segundo Souza e Klein (2010) o programa foi criado em 1996, mas as linhas específicas para turismo rural foram criadas em 1999, ano que as atividades não-agrícolas ganharam espaço no programa. O objetivo desse programa é promover o desenvolvimento rural sustentável, estimulando e fortalecendo a agricultura familiar. Especificamente, no turismo rural, o PRONAF é utilizado para desenvolver atividades de serviços turísticos, ampliação da comercialização, oferta da produção. Os juros estabelecidos pelo programa são

baixos, o que pode ser um incentivo ao produtor rural que deseja ingressar no segmento turístico.

5.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS OBSERVADOS NAS ENTREVISTAS COM OS EMPREENDEDORES INTEGRANTES DA ROTA DAS SALAMARIAS

Seguindo a metodologia aplicada nesta pesquisa, fez-se uma análise do tema abordado com os resultados obtidos nas entrevistas realizadas com os agricultores. Diante das declarações, é apresentado abaixo uma síntese com a caracterização das propriedades e também quais são as ações que o poder público local desenvolve em prol do turismo rural em Marau .

Todos os proprietários são considerados pequenos agricultores. Conforme dados obtidos na entrevista a área territorial das propriedades varia entre 2 e 25 hectares.

O Ecoparque Taquari é o empreendimento que possui a maior área, nele são desenvolvidas atividades de caráter ecológico, como a prática caminhadas por trilhas em meio a natureza. As demais propriedades são compostas por agricultores familiares que procuram diversificar suas atividades no campo além do tradicional cultivo da soja, ofertando aos visitantes os produtos fabricados em suas pequenas agroindústrias.

As propriedades ingressaram no roteiro turístico há aproximadamente três anos, junto com o surgimento da Rota das Salamarias. Um dos motivos que levou os proprietários a engajarem-se no projeto foi a possibilidade de diversificar suas atividades no campo e com isso obter um incremento em sua renda econômica para a família. Outro fator relevante declarado pela maioria dos entrevistados foi que os jovens poderiam permanecer no campo, cultivando suas raízes.

Os atrativos ofertados pelas propriedades são diversos, dentre os quais podemos destacar: a degustação de vinhos, sucos, embutidos, pães, bebidas destiladas , a realização de passeios com carroças em meio a natureza, onde é possível apreciar as belas paisagens bucólicas do interior rural, a prática de esportes radicais em cachoeiras bem como observar o processo de fabricação artesanal da erva mate, do vinho e da cachaça.

Numa das propriedades localiza-se um restaurante, o qual pode ser visto na figura 6. Construído com um conceito de arquitetura sustentável o prédio relembra as características das antigas casas dos imigrantes italianos que se instalaram na região. No cardápio estão

incluídos pratos tipicamente italianos. Segundo o entrevistado, responsável pelo restaurante, o poder público municipal incentivou a construção do imóvel, através de consultoria mostrando os caminhos para a concretização do investimento. Segundo ele, o poder público poderia agilizar as licitações de divulgação, pois muitas vezes elas são demoradas.



Figura 6: visualização frontal (noturna) do Ristorante.
Fonte: arquivo próprio.

A produção da erva mate pode ser observada na propriedade familiar que a produz há 47 anos, de forma totalmente artesanal, numa tradição passada de geração para geração. A agroindústria tem uma infraestrutura apreciável, suas instalações proporcionam ao turista um ambiente agradável e tranquilo. Segundo o entrevistado os benefícios recebidos por meio do poder público municipal foram: divulgação (banner, propaganda rádio e televisão) e ajuda na infraestrutura da propriedade. Alguma das ações que poderiam ser desenvolvidas em todas as propriedades, seria a construção de banheiros padrões em todos os pontos de visitação.

Na figura 7 é possível visualizar uma pequena parte da propriedade.



Figura 7: visualização frontal da propriedade, enfatizando o principal produto comercializado, a erva-mate.

Fonte: arquivo próprio.

Durante a visita realizada em outra propriedade, constatou-se que os turistas podem conferir como é feito o processamento artesanal da cana-de-açúcar e da uva para produção de cachaça, vinho e seus derivados como: melado, geleias de uva, vinagre, graspa entre outros. Segundo o responsável pelo local os benefícios recebidos pelo poder público foram de divulgação e marketing.

Nesta propriedade, o entrevistado afirmou que todos os resíduos gerados no processo de produção dos destilados são reutilizados como adubação orgânica. Na figura 8 podemos visualizar os parreirais e na figura 9 pode-se observar o armazenamento artesanal do vinho.



Figura 8: visualização dos parreirais.
Fonte: arquivo próprio.



Figura 9: produção (armazenamento) artesanal do vinho.
Fonte: <http://www.salamarias.com.br/galeria.php>

Na figura 10 podemos visualizar a bela cascata existente no parque ecológico, segundo o administrador do local esse complexo de turismo que combina aventura, lazer, natureza, história e educação ambiental, se tornou um dos pontos favoritos de visitação. Segundo o entrevistado responsável pelo parque, os benefícios que o poder público municipal compreendem: qualificação dos empreendedores, melhorar a estrutura, auxílio financeiro e divulgação. Mas a nível estadual e federal a Rota não teve nenhuma ajuda.

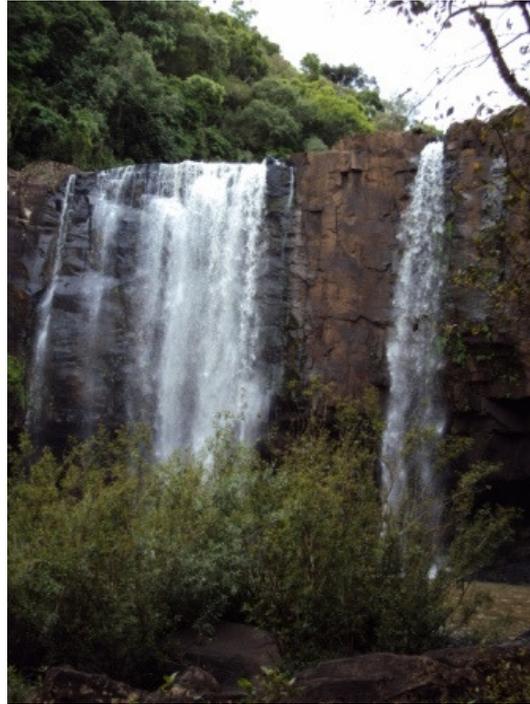


Figura 10: visualização da cascata.
Fonte: arquivo próprio.

Conforme declaração dos entrevistados, no mês de julho, período em que ocorre as festividades italianas, como por exemplo, o Festival Nacional do Salame e a Festa Italiana, a Rota das Salamarias recebe um grande número de visitantes. Assim, os empreendedores aproveitam a época para mostrar os atrativos do campo, vender seus produtos e divulgar a cultura italiana.

Com relação ao caso estudado “As influências do poder público sobre o turismo rural: Rota das Salamarias - município de Marau / RS”, percebeu-se que os benefícios recebidos por via pública estão relacionados nas questões de divulgação, marketing, sinalização, construção de canteiros e projetos de paisagismo, melhorias de estradas de acesso às propriedades, cursos de aperfeiçoamento, assessoria e orientação profissional para as famílias.

No entanto, o poder público municipal poderia ampliar os investimentos repassados para o turismo rural local, articulando e desenvolvendo projetos junto ao governo estadual e federal, e até mesmo com empresas não-governamentais, pois conforme relatado em algumas entrevistas, a liberação de verbas para concretização dos benefícios citados anteriormente, é muito lenta.

Finalizando a análise, verificou-se que alguns dos empreendedores identificaram a necessidade de melhorias no ramo hoteleiro, com a ajuda do governo ou de empresas privadas poderiam fazer parte do roteiro pousadas ou hotéis fazendas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou um pequeno histórico da atividade de turismo rural, bem como a evolução da mesma, tendo como objeto de estudo a Rota das Salamarias, situada no município de Marau. O objetivo geral foi estudar o apoio do poder público, em nível municipal, no desenvolvimento da atividade.

Através da diversificação das atividades é possível perceber muitos benefícios para as propriedades e para as famílias, entre os quais podemos destacar o resgate da auto-estima, a melhora da qualidade dos produtos e conseqüentemente a sua valorização, o incentivo para permanecer no campo, a compensação financeira e a valorização do patrimônio natural histórico e cultural. Diante disso, nota-se que a qualidade dos produtos, bem como a infraestrutura não podem deixar de ser consideradas.

O cumprimento dos objetivos da pesquisa está registrado no desenvolvimento do capítulo resultados de pesquisa, no qual foi possível apresentar uma análise das entrevistas de integrantes da Rota das Salamarias, bem como do poder público municipal.

Apresentou-se a relação existente entre o turismo rural e as políticas públicas através de estudo bibliográfico, através da qual se verificou alguns conceitos e dados importantes segundo alguns autores.

Outro objetivo específico era verificar a existências de uma política pública municipal de turismo que contemplasse o turismo rural. Através das informações obtidas constatou-se que no município de Marau há uma Secretaria destinada à atividade, a qual promove o desenvolvimento da atividade turística do município. Constatou-se a participação do poder público com a função principal de planejar, divulgar, assessorar, e disponibilizar acesso aos programas de incentivos financeiros.

E por último, averiguou-se a participação do poder público nas linhas de financiamento. Através das entrevistas destacou-se a oportunidade de participação nos programas: Empreender e Crescer, Serviço Municipal de Fomento Agro-Industrial e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A participação dos empreendedores nesses programas ainda é pequena, apenas uma das propriedades fez uso de dois programas (Empreender e Crescer e PRONAF). Acredita-se que a procura pelos programas ainda é pequena devido ao pouco tempo de existência da Rota (três anos).

A partir dos resultados e conclusões feitas neste trabalho denota-se a importância de se estimular o desenvolvimento rural local, com a prática de políticas públicas locais que estimulem a inserção e o fortalecimento do turismo em propriedades rurais do município de Marau, visto que este apresenta um potencial turístico baseado tanto em recursos naturais quanto culturais. A importância do turismo neste local poderá estar gerando além de renda, a valorização e a manutenção da cultura local, bem como, a atividade poderá estar sendo utilizada como meio de conscientização ambiental e, conseqüentemente, como meio de promover a valorização da natureza e da paisagem da zona rural do município. Desta forma, poderá colaborar para a manutenção das famílias rurais no campo, bem como, incrementar a qualidade de vida das mesmas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa em Extensão Rural: um manual de metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BERNARDI, Francisco. **História de Marau: uma comunidade laboriosa**. Editora Pallotti. Porto Alegre, 1992

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

DICIONÁRIO. **Significado da palavra**. Disponível em: < <http://www.dicionarioweb.com.br/salamaria.html>>. Acesso em: 01 julh. 2011.

ESTATUTO SOCIAL. **Associação Rota das Salamarias**. Marau, 11 de julho de 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; *et all*. Estrutura do projeto de pesquisa. In: SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GORTAIRE, Leia; CABEZAS, Maria J.; BORELLI, Flávia. **Projeto Rota das Salamarias**. Marau Rio Grande do Sul Brasil. Instituição da Pontifícia Universidade Católica do Chile.

HASSE, Geraldo. **Vida na Fazenda/turismo rural** – São Paulo. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,EMI168353-18291,00A+ROTA+DAS+SALA MARIAS.html>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431180#>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

JARDIM; Gabriel de Sena. **Políticas Públicas e Turismo em nível local: o caso de Porto Murtinho – MS**. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Políticas%20Publicas%20e%20Turismo%20em%20Nível%20Local.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

LOCALIZAÇÃO. **Mapa do Município de Marau**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Marau.svg>. Acesso em: 04 jul. 2011.

MARAU. **Decreto** nº 4370, de 30 abril de 2007. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>> Acesso: 30 jun. 2011.

MARAU. **Lei Municipal** nº 4481, de 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl> Acesso em: 30 jun. 2011.

MARAU. **Lei Municipal** nº 4491, de 17 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

MARAU. **Lei Municipal Ordinária** Nº 507, de 11 de dezembro de 1969. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

PIRES, José Antônio Simões; SPRICIGO Gisele. **O conceito da pluriatividade na agricultura familiar**. Universidade do Vale dos Sinos. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

SALAMARIA. **Foto ilustrativa**. Disponível em: <<http://www.salamarias.com.br/galeria.php>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SALAMARIA. **Mapa de localização**. Disponível em: <<http://www.salamarias.com.br/mapa.php>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SALVATI. Sérgio Salazar (Org.). **Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas**. Brasília. DF. Brasil 2004.

SANTOS, Maria Helena Mattos Barbosa dos; SANTOS, Roselys Isabel Corrêa do. **A importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo cultural em Florianópolis e Porto Alegre.** Trabalho apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

SILVA, José Graziano da. GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O Novo Rural Brasileiro.** Disponível na plataforma Moodle. Disciplina Derad 025 – Turismo Rural 2010.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Ângela Luciane. **Manual didático – Capítulo 3.** Material disponível na plataforma Moodle. Disciplina Derad 25 – Turismo Rural.

VIEIRA, Elias Medeiros. Legislação para o Turismo Rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio. SOUZA, Marcelino (Org). **Turismo Rural Patrimônio, Cultura e Legislação.** Ed. Focos – UFSM, 2006.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo Rural Um Modelo Brasileiro.** 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Termo de Apresentação da Pesquisa

	<p>Termo de Apresentação da Pesquisa</p> <hr/> <p>Turismo Rural e Políticas Públicas</p>	
---	---	---

A presente pesquisa é relativa ao meu trabalho final de conclusão de curso, vinculada ao Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Esta pesquisa tem como objetivo principal estudar o apoio do poder público, em nível municipal, no desenvolvimento da atividade de turismo rural. Assim, pretende-se verificar a existência de políticas públicas locais para o desenvolvimento do turismo rural na Rota das Salamarias localizada no município de Marau – RS.

Confirmo o caráter confidencial da entrevista e o compromisso de preservar seu anonimato quanto às informações concedidas.

Coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, mesmo após as entrevistas.

Raquel Marodin – Pesquisadora

marodin.raquel711@gmail.com

Andressa Ramos Teixeira – Co-orientadora

andressart@gmail.com

Marcelino de Souza – Orientador

marcelino.souza@uol.com.br

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista – Proprietários**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UAB – PÓLO DE
CAMARGO
CURSO DE GRADUAÇÃO – PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Roteiro de Entrevista – Proprietários
Monografia Turismo Rural e Política Pública****IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Entrevistado: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Entidade: _____ Cargo: _____

CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

1. Situação da propriedade:

 Proprietário Arrendatário Irregular Outro _____

2. Quantos hectares têm a propriedade? _____

3. Caracterização das atividades econômicas praticadas atualmente na propriedade (em ordem de importância):

Atividade	Período	Quem trabalha na atividade

A PROPRIEDADE E O TURISMO

4. Desde que ano trabalha com turismo na propriedade? _____

5. O que motivou a inserir a propriedade no roteiro?

6. Quais os atrativos turísticos de sua propriedade? Estes têm vínculo com as demais atividades praticadas na propriedade?

7. Quais os benefícios que o turismo trouxe para a propriedade e a família?

8. Quais aspectos negativos trazidos pelo turismo?

AÇÕES PÚBLICAS LOCAIS PARA O TURISMO RURAL

9. Sua propriedade recebeu algum benefício, via política pública, para o desenvolvimento do turismo rural? Quais?

10. O roteiro como um todo recebeu apoio público para sua implantação e desenvolvimento? Que tipo de apoio? (financiamento, planejamento, legislação, coordenação)

11. Qual sua visão sobre as ações públicas em torno do roteiro? (são suficientes ou poderiam ser melhores)

12. Existem outras ações que poderiam ser desempenhadas pelo poder público para incentivar o roteiro? Quais?

13. Quem são os representantes do poder público que atuam junto aos integrantes do roteiro?

14. Como é estabelecido o contato entre os integrantes do roteiro e o(s) representante(s) do poder público? (reuniões com os integrantes, contato com apenas um representante conforme necessário, etc.)

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – Representante do Poder Público

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UAB – PÓLO DE
CAMARGO
CURSO DE GRADUAÇÃO – PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Roteiro de Entrevista – Representante do Poder Público
Monografia Turismo Rural e Política Pública**

IDENTIFICAÇÃO

Nome do Entrevistado: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Entidade: _____ Cargo: _____

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO JUNTO AO ROTEIRO

1. Foi criada ou pretende-se criar uma política pública local para o turismo rural? O que esta política contempla?

2. Existe a discussão do poder público com outros setores e instituições sobre o planejamento, normatização e outros aspectos do turismo rural?

3. O poder público local participou do planejamento e implementação do roteiro? Qual tipo de atuação? (coordenação do processo, participação no desenvolvimento do produto, auxiliou no marketing)

4. O poder público local permaneceu atuando e colaborando na manutenção e atualização do roteiro? Com que tipo de atuação permaneceu?

5. Foi criado algum tipo de legislação, a nível local, para a atividade ou tem alguma legislação local, já existente, a qual os empreendedores tiveram que seguir? Qual (is)?

6. O município realiza levantamento, classificação, cadastramento e monitoramento das propriedades que trabalham com turismo rural?

7. Existem políticas públicas direcionadas ao turismo rural, que contemplem as esferas cultural, social e ambiental?

8. As políticas públicas locais dão apoio financeiro para o desenvolvimento do roteiro? Este apoio é proveniente de recursos locais ou é obtido via outras entidades? (EX: Ministério do Turismo)

9. O apoio é direcionado as propriedades, individualmente, ou, ao roteiro como um todo?

10. A que são destinados os apoios financeiros? (qualificação, infra-estrutura)
